



MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – PODERES

Emitente: Câmara Municipal de Itapemirim

Entidade: Poder Legislativo do Município/Estado Espírito Santo

Gestor responsável: José de Oliveira Lima

Exercício: 2021

1. RELATÓRIO

1.1 Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.



Código	Objeto/Ponto de Controle	Processos administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho		Lei 4.320/1964, art. 60	Indagação	0	0
1.2.1	Registro por competência – despesas previdenciárias patronais		CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, Art. 1; Lei 8.212/1991;	Indagação	31	5
1.2.2	Pagamentos das obrigações previdenciárias – parte patronal		CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, Art. 1; Lei 8.212/1991;	Indagação	32	9
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento		CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, Art. 1; Lei 8.212/1991;	Indagação	1	1
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias – parte servidor		CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, Art. 1; Lei 8.212/1991;	Outros	31	8



1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários		CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, Art. 1; Lei 8.212/1991;	indagação	0	0
1.2.8	Medidas de cobrança – créditos previdenciários a receber e parcelamentos a receber		LRF	Indagação	0	0
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação		LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do art. 164 da CRFB/88.	Outros	2	2
1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento		CRFB/88, art. 29-A.	Análise Documental	1	1
1.4.20	Poder Legislativo Municipal – despesa total		CRFB/88, art. 29-A.	Análise documental	1	1
1.5.2	Segregação de funções		CRFB/88, art.37.	Indagação	0	0
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação		Lei 4.320/1964, art. 62	Indagação	0	0
2.5.7	Servidores cedidos		CF/88, art.40; LRF, art.69; Lei 9.717/1998, Art. 1º.	Indagação	1	1



2.5.37	Registro de admissões		CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Indagação	0	0
2.6.3	Pessoal – Contratação por tempo determinado		CRFB/88, art. 37, inciso IX	Indagação	0	0
2.6.6	Dispensa e inexistência de licitação		Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Análise Documental	24	3

1.2 Constatações e proposições

Em tudo que pude observar e analisar não encontrei ou constatei nenhum indício de erro, omissão, ocultação ou qualquer outra coisa que ensejasse em proposições ou alertas.

1.3 Da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal

A Câmara iniciou o exercício de 2021 com diversos débitos deixados pela gestão anterior. Foi um ano de superação, trabalho, honestidade e gestão.

A partir da administração do atual gestor, todos os atrasados foram pagos, todos os salários, encargos e outros se encontram em dia.

Os limites constitucionais e fiscais foram todos respeitados de forma honrosa.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinadas a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. José de Oliveira Lima, Vereador Presidente, Chefe do Poder Legislativo do Município de Itapemirim, Estado do Espírito relativa ao exercício de 2021.

Em minha opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados,



elencados no item 1 desta manifestação, a referida prestação de contas se encontra *REGULAR*.

Itapemirim, 24 de março de 2022.

ANTENOR PASSARÉLI AMBROSIM JÚNIOR
DIRETOR DE CONTROLE INTERNO/OUVIDOR